

1º BATALHÃO FERROVIÁRIO

Edital 32/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
32/2025	160447-1º BATALHÃO FERROVIÁRIO	MURILO PEREIRA DE SOUZA	12/02/2026 10:54 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		65307014083202581

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90021/2025

CONTRATANTE (UASG)

160447

OBJETO

Eventual Contratação de Empresa Especializada na Gestão de Resíduos Sólidos, Semissólidos e Líquidos para a 2º Cia Eng Cnst (Bagé/RS) - 1º Batalhão Ferroviário.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 752.430,00 (setecentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta reais).

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 02/03/2025 às 10:00h (horário de Brasília)

## Critério de Julgamento:

Menor preço por grupo

## Modo de disputa:

Aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

1º BATALHÃO FERROVIÁRIO(Batalhão de Engenheiros/1855 - 1º Batalhão Ferro-Viário  
/1920)

BATALHÃO BENJAMIN CONSTANT

PREGÃO ELETRÔNICO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2025

Torna-se público que o(a) 1º Batalhão Ferroviário, por meio do(a) seção de aquisições, licitações e contratos, sediado(a) na Av. 2º Batalhão Rodoviário, S/N, bairro Conta Dinheiro - Lages/SC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

**1.1.** O objeto da presente licitação é a eventual contratação de empresa especializada no serviço de gestão de resíduos sólidos, semissólidos e líquidos para a 2º Cia Eng Cnst (Bagé/RS) - 1º Batalhão Ferroviário, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

**2.1.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**3.1.** Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**3.2.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.6.** Para todos os itens da licitação, com exceção dos itens 05 e 09, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**3.7.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**3.8.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

**3.9.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.9.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.9.2.** sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

**3.9.3.** empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**3.9.4.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.9.5.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.9.6.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.9.7.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.9.8.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.9.9.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.9.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**3.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.11.** O impedimento de que trata o item 3.9.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.12.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.5 e 3.9.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.13.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.14.** O disposto nos itens 3.9.5 e 3.9.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.15.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.16.** A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

**4.1.** O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**5.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**5.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

**5.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**5.4.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**5.4.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**5.4.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**5.4.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.6.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**5.6.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**5.7.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

**5.7.1.** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

**5.7.2.** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

**5.7.3.** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**5.7.4.** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**5.7.5.** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**5.7.6.** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

**5.7.7.** que participe do capital de outra pessoa jurídica;

**5.7.8.** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

**5.7.9.** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

**5.7.10.** constituída sob a forma de sociedade por ações.

**5.7.11.** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

**5.8.** A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**5.9.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.10.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

- 5.11.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.12.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.12.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 5.12.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.13.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  - 5.13.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.14.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.15.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.16.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1.** valor unitário e total do item;
  - 6.1.2.** marca;
  - 6.1.3.** fabricante;
  - 6.1.4.** Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo daquilo fixado no termo de referência.
- 6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1.** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**6.5.1.** No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

**6.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**6.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**6.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

**6.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**6.11.** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

**6.12.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

**6.13.** O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

**7.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item .

**7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



**7.8.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**7.9.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**7.10.** Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**7.10.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**7.10.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.10.3.** Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

**7.10.4.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**7.10.5.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**7.10.6.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.11.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**7.12.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.13.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.14.** No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.15.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**7.16.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**7.17.** Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.17.1.** Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

**7.17.2.** Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

**7.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.18.1.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6] ).

**7.18.2.** O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

**7.18.3.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.18.4.** A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.18.5.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.18.6.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.18.7.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**7.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**7.20.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, será considerada a ordem de classificação do próprio sistema ComprasNet em conjunto com o inciso I do art. 60 da lei 14.133/2021. O artigo em questão, a partir do seu inciso II, não deixa claro os atos a serem executados e parâmetros a serem considerados para uma análise objetivados critérios mencionados no artigo. Tendo em vista isso, optou-se pela não utilização do inciso II em diante do art. 60 para que não haja nenhum tipo de decisão subjetiva ou interpretação equivocada que venha a prejudicar os licitantes.

**7.21.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**7.21.1.** Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

**7.21.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**7.21.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.21.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.21.5.** O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.[A14]

**7.21.6.** É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**7.22.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**8.1.1.** SICAF;

**8.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

**8.2.** A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

**8.2.1.** A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

**8.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**8.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**8.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**8.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**8.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

**8.5.1.** Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

**8.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**8.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**8.7.1.** conter vícios insanáveis;

**8.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

**8.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**8.7.4.** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**8.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**8.9.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

**8.9.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**8.9.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.10.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**8.11.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**9.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**9.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor

juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.4.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**9.4.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

**9.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.

**9.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

**9.7.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**9.8.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**9.9.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**9.10.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**9.10.1.** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail [licita1bfv@gmail.com](mailto:licita1bfv@gmail.com) ou então pelo telefone (49) 3251 9510, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**9.10.2.** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**9.11.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**9.11.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**9.12.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**9.12.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**9.13.** A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**9.13.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

**9.13.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**9.14.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**9.14.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**9.14.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**9.15.** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, para:

**9.15.1.** a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

**9.15.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**9.15.3.** suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

**9.15.4.** suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

**9.16.** Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

**9.17.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.18.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

**9.19.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**9.20.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

**9.21.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

**10.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

**10.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**10.3.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco) dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

**10.4.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

**10.4.1.** referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**10.4.2.** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

**10.4.3.** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**10.5.** Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**10.6.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

**10.7.** Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**10.7.1.** A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**11.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

**11.2.1.** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

**11.2.2.** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**11.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**11.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**11.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**11.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**11.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**11.8.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**11.8.1.** Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**12.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**12.1.1.** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

**12.1.2.** dos licitantes que mantiverem sua proposta original

**12.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**12.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**12.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**12.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**12.3.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**12.3.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

**12.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**12.4.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



**12.4.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13. DOS RECURSOS**

**13.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**13.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**13.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**13.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**13.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**13.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**13.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**13.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**13.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**13.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**14.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**14.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

**14.1.2.** salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**14.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**14.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**14.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**14.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**14.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

**14.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**14.1.4.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**14.1.5.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**14.1.6.** fraudar a licitação;

**14.1.7.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**14.1.7.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**14.1.7.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**14.1.7.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

**14.1.8.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**14.1.9.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**14.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**14.2.1.** advertência;

**14.2.2.** multa;

**14.2.3.** impedimento de licitar e contratar e

**14.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**14.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**14.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**14.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**14.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**14.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**14.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14.4.** A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**14.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

**14.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

**14.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**14.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**14.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**14.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**14.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**14.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**14.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**14.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**14.15.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**14.15.1.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**15.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**15.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**15.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [licita1bfv@gmail.com](mailto:licita1bfv@gmail.com) ou por petição dirigida e protocolada no endereço: Quartel do 1º Batalhão Ferroviário, rua 2º Batalhão Rodoviário, s/nº, Bairro Conta Dinheiro, Lages-SC, Seção de Licitações e Contratos do 1º B Fv, CEP 88520-900.

**15.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**15.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

**15.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**16.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

**16.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**16.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**16.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**16.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**16.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**16.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**16.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Quartel do 1º Batalhão Ferroviário, rua 2º Batalhão Rodoviário, s/nº, Bairro Conta Dinheiro, Lages-SC, Seção de

Licitações e Contratos do 1º B Fv, CEP 88520-900, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.3. Anexo II – Termo de Contrato;

16.11.4. Anexo III – Ata de Registro de Preços;

16.11.8. Anexo IV – Modelo de Planilha de Composição de Custos

16.11.9. Anexo V - Modelo de Termo de Vistoria

Lages, 05 de fevereiro de 2025.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**VICENTE DA SILVA COSTA**

Autoridade competente

**FREDERICO LUCAS CASARIN**

Membro da comissão de contratação

## 1º BATALHÃO FERROVIÁRIO

## Termo de Referência 148/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
148/2025	160447-1º BATALHÃO FERROVIÁRIO	FREDERICO LUCAS CASARIN	09/01/2026 10:04 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		65307.014083/2025-81

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1.** Contratação, por meio de Registro de Preços, de serviços de gestão de resíduos sólidos, semissólidos e líquidos — incluindo coleta, transporte e destinação final — no âmbito da 2ª Companhia de Engenharia de Construção (2ª Cia E Cnst), destacada em Bagé-RS, visando atender às necessidades do 1º Batalhão Ferroviário (1º B Fv) na Operação Bagé-RS.

**1.2.** Esta licitação será estruturada em 6 (seis) grupos, com 2 (dois) itens cada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

Tabela de Especificações e Estimativa de Valores dos Serviços						
Grupo	Item	Descrição do Item	Und	Qtd	Vlr. Unit. R\$	Vlr. Total R\$
1	1	Serviço de Recolhimento de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado (OLUC) – Recolhimento, transporte e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado, proveniente de manutenção de veículos e equipamentos. Deve ser realizado por empresa licenciada junto aos órgãos ambientais competentes, conforme normas da ANP, IBAMA e legislação vigente. Frequência bimestral ou conforme necessidade. Local: 2ª Cia E Cnst, Bagé-RS. <b>CATSER 14265.</b>	m³	25	2.170,30	54.257,50

	2	Taxa de Transporte para o serviço 1 - Cobrança por serviço prestado, independentemente da quantidade de equipamentos, para volumes de até 5 m³. <b>CATSER 5207.</b>	und	18	1.000,00	18.000,00
2	3	Serviço de Limpeza de Caixa Separadora de Água e Óleo – Limpeza completa de caixas separadoras, removendo lodo, óleo residual, água e resíduos contaminantes, utilizando sucção e lavagem interna com água pressurizada do caminhão. Frequência bimestral ou conforme necessidade. Destinação final adequada. Local: 2ª Cia E Cnst, Bagé-RS. <b>CATSER 14265.</b>	m³	30	2.170,30	65.109,00
	4	Taxa de Transporte para o serviço 3 – Cobrança por serviço prestado, independentemente da quantidade de equipamentos, para volumes de até 10 m³. <b>CATSER 5207.</b>	und	18	1.800,00	32.400,00
3	5	Serviço de Limpeza de Fossa Séptica e Caixa de Gordura – Limpeza e manutenção com caminhão de sucção (hidrojato /vácuo), remoção e descarte adequado de lodos, resíduos e gordura. Frequência estimada: 15 m³ a cada seis meses, podendo variar conforme demanda. Local: 2ª Cia E Cnst, Bagé-RS. <b>CATSER 16527.</b>	m³	45	2.170,30	97.663,50
	6	Taxa de Transporte para o serviço 5 – Cobrança por serviço prestado, independentemente da quantidade de equipamentos, para volumes de até 15 m³. <b>CATSER 5207.</b>	und	18	2.500,00	45.000,00
4	7	Serviço de Recolhimento de Material de Construção – Recolhimento, transporte e destinação final de restos de concreto, madeira, metais,	kg	40.000	1,85	74.000,00

		plásticos e outros resíduos de obras e reformas. Frequência conforme necessidade, média de 7.000 kg a cada seis meses, podendo ultrapassar 20.000 kg em casos excepcionais. Local: 2ª Cia E Cnst, Bagé-RS. <b>CATSER 14265.</b>				
	8	Taxa de Transporte para o serviço 9 – Cobrança por serviço prestado, independentemente da quantidade de equipamentos, para volumes de até 15.000 kg. <b>CATSER 5207.</b>	und	18	2.500,00	45.000,00
5	9	Serviço de Recolhimento de Material Contaminante Classe I – Recolhimento, transporte e destinação final de filtros de combustível, filtros de lubrificação, estopas oleosas e demais resíduos industriais, em conformidade com a classificação da ABNT NBR 10004. Modalidades: a) Caminhão poliguindaste com caçambas estacionárias com tampa (4 a 7 m³); b) caminhão baú ou Roll-on/Roll-off. Frequência média: 5.000 kg a cada dois meses, podendo ultrapassar 30.000 kg em situações excepcionais. Local: 2ª Cia E Cnst, Bagé-RS. <b>CATSER 14265.</b>	kg	80.000	3,45	276.000,00
	10	Taxa de Transporte para o serviço 9 – Cobrança por serviço prestado, independentemente da quantidade de equipamentos, para volumes de até 15.000 kg. <b>CATSER 5207.</b>	und	18	2.500,00	45.000,00
Estimativa total da contratação (R\$)						752.430,00

**1.3.** A prestação dos serviços será realizada conforme demanda, conveniência e disponibilidade orçamentária do 1º B Fv, nas áreas da 2ª Cia E Cnst no município de Bagé-RS, observando-se como referência os quantitativos e periodicidade estimados na tabela Especificações e Estimativa de Valores dos Serviços.

**1.4.** A execução compreenderá a disponibilização de mão de obra especializada, materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e demais condições necessárias à perfeita execução do objeto.



**1.5.** Os valores unitários e totais indicados foram obtidos por meio de pesquisa de preços realizada no Compras.gov.br e junto a fornecedores especializados, considerando a mediana das cotações válidas coletadas, conforme metodologia descrita na Nota Técnica que acompanha a pesquisa.

**1.6.** Os serviços objeto desta contratação enquadram-se como serviços comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade definíveis objetivamente no edital, em conformidade com práticas usuais de mercado.

**1.7.** A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogada ou renovada de acordo com a legislação aplicável e disposições deste instrumento.

**1.8.** Eventual contrato poderá ter vigência própria, respeitando limites legais, inclusive superior a um exercício financeiro, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, quando tratar de serviços de natureza contínua.

**1.9.** A prorrogação da ata ou do contrato eventualmente firmado será admitida, desde que devidamente justificada por meio de termo aditivo e observados, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- a.** Persistência da necessidade do serviço;
- b.** Manutenção da vantajosidade para a Administração;
- c.** Observância do cronograma original e prazo legal máximo;
- d.** Anuência expressa de ambas as partes.

**1.10.** Este Termo de Referência não contém dados pessoais sensíveis nem informações sigilosas, dispensando classificação quanto ao grau de acesso, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e da Instrução Normativa SEGES nº 81/2022.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A execução dos serviços especializados de gestão de resíduos sólidos, semissólidos e líquidos — incluindo coleta, transporte e destinação final — é imprescindível, uma vez que o 1º Batalhão Ferroviário não dispõe de equipamentos, mão de obra especializada nem de contratos vigentes capazes de atender integralmente a essas demandas, o que representa risco à continuidade operacional e à conformidade legal e ambiental.

**2.2.** Além de restabelecer serviços anteriormente interrompidos, a contratação incorpora novas demandas técnicas identificadas como indispensáveis ao funcionamento pleno da unidade.

**2.3.** A execução dos serviços seguirá a demanda da Unidade Contratante, observando conveniência, oportunidade e disponibilidade orçamentária, sendo os quantitativos previstos meramente estimativos, conforme o Estudo Técnico Preliminar, garantindo:

- a.** Conformidade com normas ambientais federais, estaduais e municipais;
- b.** Prevenção de impactos ambientais, como contaminação hídrica e solo;
- c.** Manutenção de ambientes seguros e adequados às atividades da unidade;
- d.** Continuidade de processos de certificação ambiental.

**2.4.** Os serviços foram classificados como continuados, pois sua interrupção pode causar graves danos ambientais — como contaminação do solo e da água, acúmulo de resíduos perigosos e proliferação de vetores —, além de comprometer a segurança da tropa do 1º B Fv lotada em Bagé-RS, dos civis envolvidos na Operação Bagé, dos moradores do município, e a conformidade legal da Unidade. Assim, os serviços deverão ser mantidos ininterruptamente até a conclusão da Operação Bagé e a completa desmobilização do canteiro de obras, observados os prazos legais de vigência da licitação e dos contratos.

**2.5.** A contratação atende ao Plano de Contratações Anual (PCA) da unidade, código nº 00394536 /0001-31, ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da 2ª Cia E Cnst e está alinhada à legislação aplicável, incluindo a IR 50-20 do Exército Brasileiro e normas ambientais federais, estaduais e municipais, garantindo a mitigação de riscos e a preservação da saúde e segurança dos militares.

**2.6.** Eventuais órgãos que aderirem à Ata de Registro de Preços deverão comprovar compatibilidade com seus respectivos PCAs no momento da formalização do contrato.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

**4.1.** A execução dos serviços deverá observar práticas sustentáveis em todas as etapas, conforme o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (AGU, 2024), a Lei nº 12.305/2010, o Decreto nº 10.936 /2022 e o Sistema de Gestão Ambiental do Exército (IR 50-20 e IG 20-10).

**4.2.** A logística reversa e a destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados na execução do objeto serão de responsabilidade da Contratada, devendo todo resíduo reciclável ser segregado e acondicionado em compartimentos apropriados, em conformidade com as normas ambientais vigentes.

**4.3.** Os equipamentos e veículos utilizados deverão possuir classificação mínima “A” no ENCE, conforme a IN SLTI/MP nº 2/2014, e atender aos limites de emissão e ruído estabelecidos pelas Resoluções CONAMA nº 1/1993, nº 272/2000, nº 490/2018 e nº 492/2018, além das exigências do PROCONVE.

**4.4.** A execução contratual deverá adotar medidas preventivas e corretivas para evitar contaminação do solo e da água, poluição do ar, proliferação de vetores, acidentes de transporte e não conformidades legais.

**4.5.** As demais disposições relativas à sustentabilidade encontram-se elencadas neste Termo de Referência em tópicos específicos.

#### **Subcontratação**

**4.6.** A subcontratação parcial será admitida desde que autorizada pela administração do 1º B Fv, observada a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021, e respeitadas as condições deste Termo de Referência. Justifica-se sua adoção pela localização periférica dos serviços e pela dificuldade de encontrar fornecedores especializados e interessados em participar de licitação pública federal na região de Bagé-RS.

**4.7.** É vedada a subcontratação total do objeto ou de sua parcela principal, que compreenda as atividades essenciais à execução contratual. Somente poderão ser subcontratadas parcelas acessórias ou complementares, desde que não comprometam o núcleo essencial da obrigação.

**4.8.** Mesmo havendo subcontratação, permanecerá sob responsabilidade exclusiva da Contratada:

- a.** A supervisão das atividades subcontratadas;
- b.** A integridade técnica da execução do contrato;
- c.** O cumprimento dos prazos, indicadores de desempenho e padrões de qualidade pactuados;
- d.** A responsabilidade por eventuais falhas ou não conformidades decorrentes da execução.

**4.9.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que possua vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigentes da Unidade Contratante ou com agentes públicos responsáveis pela licitação ou fiscalização da contratação, incluindo cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau (em linha reta, colateral ou por afinidade).

**4.10.** A eventual subcontratação deverá ser formalmente comunicada à Unidade Contratante, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, devendo a comunicação conter:

- a.** Justificativa técnica;
- b.** Descrição das atividades a serem subcontratadas;
- c.** Documentação técnica e jurídica da empresa subcontratada;
- d.** Prazo previsto para execução da parcela subcontratada.

**4.11.** A autorização da subcontratação estará condicionada à análise técnica e documental pela Unidade Contratante, sem prejuízo da responsabilidade integral da Contratada pelo cumprimento do objeto contratual.

### **Garantia da Contratação**

**4.12.** Fica dispensada a exigência de garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza específica do objeto contratado, dos riscos mitigados inerentes à execução contratual e da busca pela economicidade da contratação.

### **Pesagem dos Resíduos**

**4.13.** A Contratada deverá pesar os veículos utilizados na coleta dos resíduos na balança do aterro sanitário de Bagé-RS, localizado a cerca de 4 km do local da prestação dos serviços, registrando os pesos na entrada e na saída. Caso a pesagem no local não seja possível, a Contratada deverá utilizar estimativa inicial do gerador para emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e confirmar o peso na balança do destinador final, apresentando a documentação comprobatória à Unidade Contratante.

## Transporte de Produtos Perigosos

**4.14.** O transporte de produtos perigosos deverá atender à Resolução ANTT nº 5.998/2022 (ou norma que a substitua) e observar integralmente a legislação vigente, sendo obrigatória a apresentação dos seguintes documentos:

- a.** Certificado de Inspeção Veicular (CIV) ou Certificado para Transporte de Produtos Perigosos (CTPP);
- b.** Ficha de Emergência e Envelope para Transporte, devidamente preenchidos e atualizados;
- c.** Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF-APP) e, quando aplicável, Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos (CNORP), ambos do IBAMA;
- d.** Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC), com categoria compatível com o tipo de carga transportada.

**4.15.** O transporte somente poderá ser realizado após a emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR). A Contratada deverá seguir rigorosamente todas as orientações constantes no referido documento, mantendo-o em sua posse durante todo o trajeto. A emissão do MTR será de responsabilidade da Unidade Contratante, por intermédio do fiscal do contrato ou de agente formalmente designado para essa função.

**4.16.** O motorista responsável pelo transporte deverá portar, durante toda a execução do serviço:

- a.** Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com a categoria do veículo utilizado, válida e conforme legislação vigente;
- b.** Certificado de conclusão do curso de Movimentação e Operação de Produtos Perigosos (MOPP), emitido por instituição autorizada e válido durante a execução contratual.

**4.17.** O óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC) coletado poderá ser transportado para rerrefino e posterior comercialização, observando rigorosamente a legislação vigente, sem comprometer a conformidade legal.

## Produtos, Insumos e Armazenagem

**4.18.** Todos os equipamentos, insumos e recipientes utilizados deverão estar em perfeito estado de conservação, funcionamento e condições de uso, compatíveis com a proposta comercial e formalmente recebidos pela Unidade Contratante, assegurando execução segura, eficiente e ambientalmente responsável dos serviços.

**4.19.** Os recipientes destinados ao acondicionamento temporário de resíduos deverão:

- a.** Ser herméticos, mantidos em bom estado de conservação, resistentes, dotados de tampa e compatíveis com o tipo de resíduo a ser armazenado;
- b.** Garantir transporte seguro e destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente, normas técnicas aplicáveis e certificações pertinentes, incluindo ABNT NBR 10004, ABNT NBR 12235 e Resoluções CONAMA;
- c.** Ser identificados e segregados conforme a classificação do resíduo;
- d.** Ser inspecionados periodicamente para assegurar integridade, segurança e adequação técnica;

**e.** Corresponder, no caso do item 9 deste Termo de Referência, às características da caçamba estacionária ilustrada a seguir, a ser disponibilizada pela Contratada.



**4.20.** A Contratada deverá assegurar:

- a.** Integridade, segurança e rastreabilidade de todo material transportado, desde o ponto de coleta até a destinação final;
- b.** Disponibilidade de equipamentos adequados para carga, descarga e manuseio;
- c.** Observância das normas de saúde, segurança do trabalho e meio ambiente aplicáveis;
- d.** Responsabilização por reparar, substituir ou indenizar quaisquer danos a caçambas, recipientes, equipamentos ou materiais fornecidos, sem prejuízo das sanções contratuais.

**4.22.** A Unidade Contratante se reserva o direito de inspecionar, a qualquer tempo, as condições dos equipamentos, recipientes, insumos e documentação apresentada, sem prejuízo das sanções cabíveis em caso de descumprimento contratual.

### **Equipe Técnica**

**4.23.** A equipe técnica responsável deverá possuir capacitação compatível com a complexidade das tarefas, comprovada, quando necessário, mediante:

- a.** Certificados de qualificação profissional emitidos por entidades reconhecidas;
- b.** Treinamento e atualização nas Normas Regulamentadoras aplicáveis, em especial NR-06 (EPs), NR-09 (PPRA), NR-33 (espaços confinados) e NR-35 (trabalho em altura);
- c.** Elaboração de Análise de Risco (AR) específica para cada serviço;
- d.** Emissão de Permissão de Trabalho (PT), quando aplicável.

**4.24.** A execução dos serviços deverá observar integralmente a legislação vigente, normas regulamentares e padrões de qualidade, garantindo segurança, eficiência e conformidade ambiental. A Contratada deverá:

- a.** Fornecer e fiscalizar o uso adequado de todos os EPs necessários;

- b.** Apresentar relatórios técnicos detalhados ao término de cada execução, contendo informações pertinentes ao serviço realizado;
- c.** Assegurar cumprimento integral das normas técnicas, ambientais e de segurança, sujeitando-se à aplicação de sanções contratuais e à rescisão por inadimplemento;
- d.** Disponibilizar vigia devidamente treinado para vigilância e, quando aplicável, profissional de segurança do trabalho, conforme exigido pelas normas vigentes;
- e.** Estabelecer comunicação eficaz entre os profissionais envolvidos na execução dos serviços.

## **Relatórios Técnicos**

**4.25.** O relatório técnico deverá conter, no mínimo:

- a.** Descrição dos serviços realizados, procedimentos adotados e destinação final dos resíduos, incluindo certificados de destinação ambientalmente adequada;
- b.** Quantidade, volume e classificação dos materiais removidos (em m<sup>3</sup> ou kg);
- c.** Identificação dos locais atendidos;
- d.** Equipamentos e veículos utilizados (tipo, modelo e capacidade), incluindo condições de segurança e registros de transporte;
- e.** Produtos aplicados (nome comercial, princípio ativo, registro e, quando aplicável, quantidade utilizada);
- f.** Periodicidade de execução (contratual ou sob demanda);
- g.** Comprovação de conformidade com normas ambientais e regulamentações vigentes;
- h.** Recomendações para manutenção preventiva, segurança operacional e proteção ambiental.

## **Vistoria Prévia**

**4.26.** A vistoria prévia será facultativa, tendo por finalidade permitir que os interessados obtenham informações complementares sobre as condições e peculiaridades do objeto e do local de execução dos serviços.

**4.27.** Caso a licitante opte por realizar a vistoria, esta deverá ser agendada previamente pelo e-mail logbaga@gmail.com.

**4.28.** A vistoria será realizada na Companhia destacada do 1º Batalhão Ferroviário, localizada na Barragem Arvorezinha, Estrada Átila Taborda, km 5+200, Bagé/RS – CEP 96405-010.

**4.29.** A realização da vistoria não será exigida como condição para participação ou habilitação no certame.

**4.30.** Caso a licitante opte pela não realização da vistoria prévia, deverá encaminhar à Administração declaração formal afirmando que teve ciência das condições de execução do objeto e que não utilizará a ausência da vistoria como justificativa para eventual dificuldade ou impossibilidade de execução contratual.

## **Adesão a ata de registro de preços**

**4.31.** A Ata de Registro de Preços decorrente desta contratação poderá ser utilizada por outros órgãos ou entidades da Administração Pública que não tenham participado do certame licitatório, observadas a prévia consulta e aceitação do órgão gerenciador e do fornecedor, nos termos do art. 86, § 2º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

**4.32.** A adesão (“carona”) será admitida mediante o aceite do fornecedor registrado quanto à possibilidade de atendimento ao órgão aderente, devendo ser respeitados os quantitativos e prazos estabelecidos no contrato original.

**4.33.** O quantitativo máximo de adesões será limitado a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo originalmente registrado para o órgão gerenciador e os participantes, em conformidade com a regulamentação vigente.

**4.34.** Caberá ao órgão ou entidade que aderir à Ata de Registro de Preços:

**a.** Responsabilizar-se pela condução do processo de contratação decorrente da adesão, incluindo a emissão de nota de empenho, assinatura de contrato, acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

**b.** Responder integralmente pelas obrigações financeiras decorrentes da contratação, inclusive quanto à liquidação e pagamento;

**c.** Atender às normas orçamentárias e financeiras próprias, observada a disponibilidade de recursos.

**4.35.** O órgão gerenciador não responderá solidária ou subsidiariamente pelas obrigações assumidas pelos órgãos ou entidades aderentes, limitando-se sua atuação à autorização formal de adesão e à gestão da ata.

**4.36.** O fornecedor que se recusar a atender órgão ou entidade aderente, desde que tal recusa seja justificada por inviabilidade técnica, logística ou de capacidade operacional, não sofrerá penalidade, devendo a justificativa ser submetida à análise do órgão gerenciador.

**4.37.** O disposto neste subitem não afasta a possibilidade de ampliação do uso da Ata de Registro de Preços em conformidade com regulamentações específicas expedidas pela Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, desde que não contrarie a Lei nº 14.133/2021.

### **Participação das ME/EPP**

**4.38.** A participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) será admitida no certame, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando-se o tratamento diferenciado e favorecido legalmente previsto, sempre que compatível com o interesse público e com a natureza do objeto.

**4.39.** A destinação de itens exclusivos ou a reserva de cotas para ME/EPP não será adotada quando, devidamente motivado, o fracionamento do objeto se mostrar inviável ou puder representar prejuízo ao conjunto ou complexo da contratação, especialmente nos casos em que:

**a.** O objeto consista em serviços técnicos de execução integrada, estruturados em itens indissociáveis, cuja fragmentação comprometa a padronização da execução, a responsabilização técnica, o controle operacional ou ambiental;

**b.** A adoção de cotas ou exclusividade implique redução da economicidade, perda de eficiência, elevação de custos ou dificuldades na gestão e continuidade da execução contratual.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** A execução terá início após a emissão da Ordem de Execução pela Unidade Contratante, podendo prever atendimento parcial ou total, conforme a demanda, limitado ao especificado na respectiva Ordem. O início dos trabalhos deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período mediante justificativa formal aceita pela Unidade Contratante.

**5.2.** Para os fins deste instrumento, considera-se Contrato o conjunto de obrigações assumidas pelas partes, formalizado, conforme o caso, por termo de contrato ou por instrumento hábil substitutivo, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, tais como nota de empenho, autorização de fornecimento ou ordem de execução de serviço, dos quais constará a expressa ciência e aquiescência do contratado.

**5.2.1.** O Termo de Referência constitui documento integrante e vinculante da contratação, contendo as cláusulas essenciais à adequada execução do objeto, não se caracterizando, isoladamente, como instrumento de formalização da relação contratual.

**5.3.** A quantidade mínima e máxima a ser solicitada será definida conforme a demanda da Unidade Contratante, limitada à necessidade real e à disponibilidade orçamentária no momento da solicitação.

**5.4.** A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a partir da homologação de cada item, sendo o prazo contado individualmente para cada um.

**5.5.** Para resolução de não conformidades, a Contratada será formalmente notificada e deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação, corrigir as falhas apontadas, sem prejuízo do cumprimento dos demais prazos contratuais.

### **Órgãos Demandantes e Solicitação dos Serviços**

**5.6.** Órgãos Demandantes: Poderão ser demandantes dos serviços todas as seções do 1º Batalhão Ferroviário (BFV) e aqueles que aderirem posteriormente às atas de registro de preço, conforme legislação vigente.

**5.7.** Apresentação das Demandas: Os serviços deverão ser solicitados pelos fiscais do contrato ou por pessoa formalmente designada para essa finalidade.

**5.8.** Formalização da Solicitação: A solicitação dos serviços será formalizada por meio de Ordem de Execução, conforme a demanda da 2ª Companhia de Engenharia de Construção, preferencialmente por intermédio do endereço eletrônico institucional da Seção de Logística da Operação Bagé (logbage@gmail.com) ou do e-mail da unidade contratante que vier a aderir a esta contratação.

**5.9.** Ordem de Execução: Considera-se “Ordem de Execução” a comunicação formal da seção requisitante, encaminhada à Contratada por e-mail institucional, conforme as necessidades operacionais da Unidade Contratante. Essa comunicação definirá as especificações do serviço, bem como a data e o horário de execução.

**5.9.1.** A Nota de Empenho, quando aplicável, poderá ser encaminhada à Contratada logo após sua emissão, podendo conter o quantitativo total do objeto, sem prejuízo das Ordens de Execução que vierem a ser expedidas ao longo da vigência contratual.

**5.10.** Cancelamento da Ordem de Execução: O cancelamento da Ordem de Execução poderá ser solicitado a qualquer momento pela Unidade Contratante e, em caráter excepcional, pela Contratada, desde que imediatamente após o recebimento da referida Ordem. No caso de solicitação pela



Contratada, será obrigatória a apresentação de justificativa formal acompanhada da devida comprovação documental do impedimento que torne inviável a execução do serviço.

**Cronograma de Implantação e Realização dos Serviços**

**5.11.** As etapas de implantação do contrato são as relacionadas na tabela a seguir:

Etapa / Ação	Período / Prazo
Assinatura da Ata de Registro de Preços (ARP)	Até 5 (cinco) dias úteis após a homologação do Pregão Eletrônico
Assinatura do Contrato	A partir de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura da ARP
Indicação do responsável pela execução do contrato	Até 2 (dois) dias úteis após a assinatura do Contrato
Início da emissão das Ordens de Serviço	A partir de 3 (três) dias úteis após a assinatura do Contrato, ou conforme demanda

**Locais e Horários da Prestação dos Serviços**

**5.12.** Locais: Os serviços serão prestados no Destacamento do 1º Batalhão Ferroviário – Barragem Arvorezinha, Estrada Átila Taborda, km 5+200, Arvorezinha, Bagé/RS – CEP 96.405-010, bem como em localidades posteriormente indicadas por outras Unidades Contratantes mediante pedido de adesão.

**5.13.** Horários: Os serviços deverão ser realizados em horário comercial, podendo este ser ajustado conforme a disponibilidade da Contratada, desde que não interfira no prazo pactuado neste Termo de Referência, de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de envio da Ordem de Execução.

**Aditamento de Quantidade e Prazo**

**5.14.** A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por mais um ano, desde que comprovada a vantajosidade dos preços e mediante anuência da Contratada, conforme disposto no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

**5.15.** Nos casos em que houver termo de contrato firmado após a homologação da Ata de Registro de Preços, será admitida a prorrogação contratual, desde que em conformidade com a legislação vigente e comprovada a vantajosidade para a Administração.

**5.16.** A quantidade dos itens registrados em ata, bem como aquelas constantes de contratos dela decorrentes, poderá ser aditada conforme os limites e condições estabelecidos na legislação aplicável.

**5.17.** É vedado o aditamento que altere a natureza do objeto ou que caracterize burla ao procedimento licitatório.

**Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta**

**5.18.** A Contratada deverá indicar preposto responsável pela comunicação ágil com a Unidade Contratante, com escolaridade mínima de nível médio e capacidade para resolver questões operacionais e administrativas. A Unidade Contratante pode recusar a indicação por justificativa fundamentada, exigindo substituição imediata.

**5.19.** Todos os custos operacionais, trabalhistas, tributários, de transporte, montagem, desmontagem e quaisquer encargos deverão estar inclusos na proposta da Contratada, sem possibilidade de reajustes posteriores para correção de erros ou omissões.

**5.20.** Os serviços deverão ser prestados com o máximo de profissionalismo, observância às normas sanitárias, ambientais e de segurança, e cumprimento dos níveis de qualidade estabelecidos.

**5.21.** A proposta deve considerar variações físicas e locais, incluindo alternativas aprovadas formalmente para locais indisponíveis temporariamente.

**5.22.** Custos com hospedagem, alimentação e transporte de empregados ou fornecedores serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.

**5.23.** Toda comunicação eletrônica deve ser realizada via e-mail corporativo específico para gestão do contrato.

### **Especificação da Garantia do Serviço**

**5.24.** O prazo de garantia contratual dos serviços obedecerá ao Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

### **Procedimentos de Transição e Finalização do Contrato**

**5.25.** Devido à natureza continuada dos serviços, não há procedimentos formais de transição ou finalização durante a vigência do contrato. No entanto, ao término da Operação Bagé e da desmobilização do canteiro de obras, a Unidade Contratante poderá emitir documento de encerramento confirmando a conclusão dos serviços e a conformidade com as exigências contratuais.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato será executado pelas partes conforme as cláusulas pactuadas, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021, cabendo a cada parte responder integralmente por eventual inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da prestação dos serviços, o cronograma será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, mediante anotação formal em apostila contratual, observada a legislação aplicável.

### **Comunicação**

**6.3.** Toda comunicação entre a Unidade Contratante e a Contratada deverá ser preferencialmente realizada por escrito, por meio de correspondência oficial ou eletrônica institucional, assegurando-se registro, rastreabilidade e autenticidade. Poderão ser utilizados, como meios auxiliares, o contato telefônico e o envio de mensagens por aplicativos de comunicação instantânea, desde que tais comunicações sejam posteriormente formalizadas por meio escrito quando produzirem efeitos administrativos, contratuais ou financeiros.

**6.4.** A Unidade Contratante poderá convocar, a qualquer tempo, o representante da Contratada para adoção imediata de providências essenciais à boa execução dos serviços.

### **Preposto**

**6.5.** A Contratada deverá designar formalmente um preposto com poderes para representar a empresa e coordenar as atividades contratadas, comunicando seus dados à Unidade Contratante antes do início dos serviços.

**6.6.** O preposto deverá permanecer disponível nas dependências da Unidade Contratante durante a prestação dos serviços ou manter canal de comunicação contínuo, garantindo resposta imediata a demandas.

**6.7.** Na ausência do preposto, o coordenador geral indicado pela Contratada, autorizado por Ordem de Execução, assumirá as responsabilidades e tomará as decisões necessárias.

**6.8.** O preposto deverá responder prontamente às solicitações da Unidade Contratante, com prazo máximo de 30 (trinta) minutos para retorno, assegurando canais de comunicação eficazes, incluindo telefone celular com aplicativo de mensagens instantâneas.

**6.9.** A Unidade Contratante poderá recusar, justificadamente, a indicação ou manutenção do preposto, cabendo à Contratada a sua substituição imediata, formalmente comunicada.

### **Fiscalização**

**6.10.** A execução do contrato poderá ser acompanhada e fiscalizada por fiscais técnico e administrativo designados pela Unidade Contratante, incluindo seus substitutos devidamente autorizados, quando assim for julgado necessário, conforme disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 ou norma que a vier substituir.

#### **Fiscalização Técnica**

**6.11.** O fiscal técnico acompanhará a execução dos serviços *in loco*, exigindo relatórios descritivos periódicos com comprovações visuais (fotos/vídeos) que atestem o cumprimento das atividades. Para isso deverá seguir o seguinte:

- a.** A Contratada deverá elaborar documentação clara e detalhada para facilitar a conferência pelo fiscal.
- b.** O fiscal realizará conferência documental e inspeção presencial para assegurar a conformidade do serviço.
- c.** Todas as ocorrências e irregularidades serão registradas no histórico do contrato, com as devidas recomendações para correção.
- d.** Notificações para correção de falhas serão emitidas com prazo definido para solução.
- e.** O fiscal técnico comunicará o gestor do contrato sobre questões que ultrapassem sua competência, solicitando providências.
- f.** Caso haja risco de inviabilização da execução dentro do prazo, o fiscal técnico deverá informar imediatamente o gestor.
- g.** Ao término do contrato, o fiscal técnico notificará o gestor para providências quanto à renovação ou encerramento.

**h.** A fiscalização não exime a Contratada de responsabilidades por falhas técnicas, vícios ou uso de materiais inadequados.

## **Fiscalização Administrativa**

**6.12.** O fiscal administrativo acompanhará a manutenção da habilitação da empresa, o empenho, pagamento, eventuais glosas, aditivos contratuais e demais aspectos administrativos.

**6.13.** Descumprimentos serão reportados ao gestor do contrato para providências cabíveis.

## **Gestor do Contrato**

**6.14.** O gestor do contrato terá como principal função centralizar e supervisionar todas as atividades relacionadas à execução contratual, garantindo o acompanhamento formal, o registro das ocorrências e a avaliação contínua do desempenho da Contratada. Para tanto, suas atribuições específicas incluem:

- a.** Centralizar o acompanhamento e registro formal de todas as etapas e ocorrências da execução, elaborando relatórios periódicos de desempenho e necessidade de ajustes.
- b.** Consolidar os registros dos fiscais, adotando medidas quando as questões ultrapassarem sua competência.
- c.** Monitorar a manutenção das condições de habilitação e demais aspectos que impactem no fluxo regular da execução financeira do contrato.
- d.** Emitir documento formal de avaliação do desempenho da Contratada, baseado em indicadores objetivos e eventuais penalidades aplicadas.
- e.** Coordenar a formalização de processos administrativos para aplicação de sanções, conforme legislação aplicável.
- f.** Elaborar relatório final detalhando o cumprimento dos objetivos contratuais e sugestões para aprimoramento futuro.
- g.** Encaminhar documentação ao setor responsável para liquidação e pagamento, conforme valores apurados pela fiscalização.

## **Monitoramento e Controle**

**6.15.** Serão adotados Indicadores-Chave de Desempenho (KPIs) específicos para cada serviço contratado, abrangendo, entre outros, os critérios listados a seguir:

**a.** Serviço de recolhimento de óleo lubrificante usado ou contaminado:

- Quantidade correta coletada e registrada;
- Certificados de destinação final emitidos;
- Conformidade ambiental da execução.

**b.** Limpeza de caixas separadoras de água e óleo:

- Eficiência na remoção de resíduos e lodos;
- Conformidade da destinação de resíduos líquidos e sólidos;
- Cumprimento de procedimentos técnicos estabelecidos.

**c. Limpeza de fossas sépticas e caixas de gordura:**

- Volume de lodo e resíduos removido;
- Observância de normas sanitárias e ambientais;
- Registro documental do transporte e destinação final.

**d. Recolhimento de materiais de construção e materiais contaminantes Classe I:**

- Quantidade coletada compatível com os registros da Unidade Contratante;
- Destinação final ambientalmente adequada;
- Registro de transporte e conferência documental.

**6.16.** Os KPIs serão aferidos pela fiscalização técnica mediante análise dos relatórios operacionais, certificados ambientais, notas fiscais e demais evidências documentais apresentadas, podendo servir de base para aplicação de sanções, glosas ou reconhecimento de bom desempenho contratual.

### **Auditorias e Fiscalização**

**6.17.** As auditorias técnicas e administrativas abrangerão todos os serviços contratados, contemplando:

- a. Conferência de volumes coletados e transportados;
- b. Verificação de licenciamento ambiental da empresa Contratada;
- c. Análise de certificados de destinação final de resíduos;
- d. Inspeções visuais de áreas limpas e do cumprimento das rotinas;
- e. Elaboração de relatórios técnicos para subsidiar a gestão do contrato e tomada de decisões.

**6.18.** Qualquer agente devidamente identificado da Unidade Contratante poderá realizar auditorias, inspeções ou verificações pontuais nos serviços contratados, comunicando, quando possível, à fiscalização designada. A Contratada não poderá impedir ou dificultar essas ações, devendo permitir o acesso às áreas, documentos e informações solicitadas.

### **Plano de Contingência**

**6.19.** Será estruturado para garantir continuidade dos serviços em situações emergenciais, contemplando:

- a. Disponibilização de veículos reserva ou empresa de retaguarda para atendimento a volumes emergenciais;
- b. Reforço imediato de equipe em caso de acúmulo crítico de resíduos ou falha de equipamento;
- c. Alternativas de transporte e destinação final em caso de indisponibilidade do caminhão ou restrição de aterro ou lixeira licenciada;
- d. Disponibilização de kits de mitigação ambiental para contenção de vazamentos e emergências ambientais.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Medição dos Serviços**

**7.1.** A medição dos serviços será realizada com base em relatórios de execução apresentados pela Contratada e validados pela Fiscalização Técnica e pelo Fiscal Administrativo, quando designados, contendo o detalhamento das atividades executadas, os quantitativos aferidos e a conformidade com o cronograma e as condições contratuais.

**7.4.** A avaliação da execução considerará, no mínimo:

- a.** Pontualidade na execução das ordens de serviço;
- b.** Cumprimento dos cronogramas operacionais estabelecidos;
- c.** Qualidade técnica da prestação dos serviços;
- d.** Observância das normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis; e
- e.** Destinação adequada dos resíduos, conforme legislação vigente.

## **Recebimento**

**7.4.** O recebimento dos serviços será formalizado por meio de Termo de Recebimento, emitido após a verificação da conformidade dos serviços prestados com as exigências contratuais, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da apresentação da Nota Fiscal e dos relatórios de execução. O Termo constituirá condição indispensável à liquidação e ao pagamento, certificando que os serviços foram prestados de forma regular e em conformidade com o contrato.

**7.5.** O Termo de Recebimento poderá ser substituído, a critério da Unidade Contratante, pelo ateste da fiscalização técnica e administrativa, registrado por carimbo no verso da nota fiscal da Contratada, desde que contenha todas as informações necessárias à comprovação da execução dos serviços e ao recebimento formal, em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis.

**7.6.** O Termo de Recebimento ou o ateste da execução consistirá na verificação e certificação de que os serviços foram realizados conforme o contrato, contemplando, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a.** A conformidade da execução inicial com o objeto contratado;
- b.** O cumprimento das exigências técnicas e documentais previstas neste Termo de Referência;
- c.** A regularidade da prestação dos serviços até a data da verificação.

**7.7.** O recebimento provisório será considerado concluído com a emissão do termo ou ateste inicial da fiscalização, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da documentação completa.

**7.8.** O recebimento definitivo será considerado concluído em até 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, mediante conferência final dos registros e documentos, sem pendências técnicas ou administrativas.

**7.9.** Caso sejam constatadas irregularidades ou serviços não conformes, a Contratada será notificada formalmente para correção no prazo definido pela Fiscalização Técnica, podendo o pagamento ser glosado ou suspenso até a regularização.

**7.10.** Os serviços poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, caso não estejam em conformidade com as especificações contratuais, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no contrato.

**7.11.** O recebimento provisório ou definitivo não exime a Contratada da responsabilidade civil, técnica e ética pela perfeita execução do objeto contratado, podendo a Unidade Contratante realizar fiscalização posterior e exigir reparação de eventuais falhas detectadas.

## **Liquidação e Pagamento**

**7.14.** O prazo para liquidação e pagamento observará as disposições da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77, de 4 de novembro de 2022.

**7.15.** A liquidação e o pagamento dos serviços serão efetuados após a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e mediante comprovação da regularidade da Contratada no SICAF, conforme a Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018. A Contratada que não estiver cadastrada deverá providenciar, por sua conta, o respectivo registro no sistema antes da assinatura do contrato e do início da execução dos serviços.

**7.16.** A liquidação da despesa ocorrerá após atesto da execução dos serviços pela fiscalização, observando os critérios de medição previstos neste Termo de Referência.

**7.17.** Para fins de liquidação da despesa, além dos critérios de medição, serão verificados os seguintes elementos, assegurando a correta execução orçamentária e financeira do contrato:

- a. Validade e regularidade da Nota Fiscal ou documento equivalente;
- b. Conformidade do documento fiscal com as condições contratuais;
- c. Correspondência com o período de execução dos serviços;
- d. Exatidão do valor a pagar; e
- e. Aplicação de glosas, quando cabíveis, previamente formalizadas à Contratada.

**7.18.** A Nota Fiscal e os relatórios de execução tramitarão internamente, seguindo a sequência:

- a.** Fiscalização Técnica – realiza o ateste inicial, confirmando a execução do serviço;
- b.** Fiscal Administrativo ou Setor de Logística – confere a documentação e emite o ateste administrativo;
- c.** Setor Financeiro – efetua a conferência orçamentária e a liquidação;
- d.** Ordenador de Despesas – autoriza o pagamento.

**7.18.** O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a liquidação, mediante ordem bancária na conta indicada pela Contratada. Considera-se como data de pagamento aquela da emissão da ordem bancária. O prazo total entre a apresentação da Nota Fiscal atestada e o efetivo pagamento não poderá exceder 20 (vinte) dias úteis, contados a partir do recebimento e ateste dos serviços pela fiscalização.

**7.19.** Em caso de atraso no pagamento, os valores devidos serão atualizados monetariamente com base na variação do IPCA/IBGE, mediante solicitação expressa da Contratada.

**7.20.** Será observado o seguinte endereço para faturamento: Avenida Segundo Batalhão Rodoviário, s/n, Bairro Conta Dinheiro, CEP 88520-900, Lages-SC, onde está registrada a Razão Social 1º Batalhão Ferroviário, sob o CNPJ 07.517.504/0001-22.

## **Possibilidades de Glosa**

**7.21.** Poderão ser aplicadas retenções ou glosas proporcionais ao valor da Ordem de Execução, sem prejuízo das sanções contratuais, nos casos em que a Contratada:

- a. Não atingir os resultados previstos no contrato;
- b. Executar parcial ou inadequadamente os serviços;
- c. Utilizar materiais ou recursos humanos em quantidade ou qualidade inferiores às estabelecidas.

**7.22.** As glosas seguirão os seguintes parâmetros:

- a. Inexecução total ou parcial do objeto contratado — glosa correspondente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor da Ordem de Execução afetada;
- b. Prestação de serviços com qualidade inferior à exigida — glosa correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor da Ordem de Execução afetada;
- c. Substituição indevida de materiais por equivalentes de menor desempenho técnico — glosa correspondente a 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o valor da Ordem de Execução afetada.

**7.23.** As glosas serão comunicadas formalmente à Contratada, acompanhadas do respectivo relatório emitido pela fiscalização, assegurando-lhe o direito de contestação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação formal, para apresentação de defesa, justificativa ou pedido de reconsideração devidamente fundamentado.

## Reajuste

**7.24.** Considerando que o objeto desta contratação possui execução estimada superior a 12 (doze) meses, fica prevista a possibilidade de reajuste anual dos preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**7.25.** Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data-base estabelecida na estimativa orçamentária que fundamenta a contratação.

**7.26.** Após o transcurso do período referido no subitem anterior, e mediante solicitação expressa da Contratada, poderá ser concedido reajuste de preços, desde que:

- a. Os serviços ainda estejam em execução; e
- b. Seja mantida a vantajosidade da contratação.

**7.27.** O reajuste será calculado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado mensalmente pelo IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - I_o)}{I_o} \times P$$

Sendo:

- R: valor do reajuste a ser aplicado;
- I: índice IPCA/IBGE do mês de referência para aplicação do reajuste;
- I: índice IPCA/IBGE do mês da data-base (primeiro reajuste) ou do mês do último reajuste aplicado (reajustes subsequentes);
- P: valor vigente do item contratado na data da aplicação do reajuste.



**7.28.** A periodicidade do reajuste será anual, considerando-se como data-base o mês anterior ao início da execução contratual para o primeiro reajuste e o mês do último reajuste aplicado para os subsequentes.

**7.29.** O reajuste será aplicado sobre o último valor vigente e produzirá efeitos a partir da data em que se completar o interregno de 12 (doze) meses da data-base, formalizado por meio de termo aditivo, observado o disposto no Contrato, neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

### **Cessão de Crédito**

**7.30.** É admitida a cessão fiduciária de créditos decorrentes deste contrato conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 53/2020, observadas as condições previstas, inclusive a necessidade de prévia aprovação para cessões não abrangidas pela norma.

**7.31.** A cessão não exime a Contratada da responsabilidade pela execução do objeto contratual, que permanecerá integralmente sob sua responsabilidade.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**8.1.** As infrações e sanções administrativas serão de responsabilidade da fiscalização do contrato que será exercida pela Unidade Contratante, por meio de agentes designados do 1º Batalhão Ferroviário, que acompanharão a execução dos serviços, verificarão o cumprimento das obrigações contratuais e registrarão eventuais infrações.

**8.2.** Considera-se infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a.** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b.** Der causa à inexecução parcial do contrato que resulte em grave prejuízo à Unidade Contratante, ao funcionamento dos serviços ou ao interesse coletivo;
- c.** Der causa à inexecução total do contrato;
- d.** Retardar injustificadamente a execução ou a entrega dos serviços contratados;
- e.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f.** Praticar atos fraudulentos na execução contratual;
- g.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraudes de qualquer natureza;
- h.** Praticar atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção).

**8.3.** As seguintes sanções serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações listadas:

- a.** Advertência, para infrações que causem inexecução parcial, quando não for cabível sanção mais grave;
- b.** Impedimento de licitar e contratar com a Unidade Contratante Pública, para infrações previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 8.2, caso não se justifique sanção mais severa;

**c.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, do subitem 8.2 bem como para infrações das alíneas “b”, “c” e “d” do mesmo subitem que exijam sanção mais rigorosa;

**d.** Multas — conforme disposto no subitem 8.4.

**8.4.** A aplicação de multa observará os seguintes parâmetros:

**a.** Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado na execução dos serviços, até o limite de 15 (quinze) dias, sobre o valor da parcela inadimplida;

**b.** Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso na apresentação, suplementação ou reposição de garantias, até o máximo de 2% (dois por cento) do valor total contratado;

**c.** Multa compensatória de 1% a 10% do valor contratado para infrações previstas nas alíneas “e” a “h” do subitem 8.2;

**d.** Multa compensatória de 10% a 20% do valor contratado para inexecução total;

**e.** Multa compensatória de 1% a 10% do valor contratado para infração da alínea “b” do subitem 8.2;

**f.** Multa compensatória de 0,5% a 5% do valor contratado, em substituição à multa moratória para a infração da alínea “d” do subitem 8.2;

**g.** Multa compensatória de 0,5% a 2% do valor contratado para infração da alínea “a” do subitem 8.2.

**8.5.** A aplicação das sanções não exclui a obrigação da Contratada de reparar integralmente os danos causados à Unidade Contratante.

**8.6.** As sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente às multas, observada a proporcionalidade e a gravidade da infração.

**8.7.** A Contratada terá prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, para apresentar defesa antes da aplicação de qualquer multa.

**8.8.** Caso as multas e indenizações aplicadas à Contratada, em decorrência do descumprimento das obrigações contratuais, ultrapassem o valor devido à Contratada, a diferença será exigida judicialmente, nos termos da legislação aplicável.

**8.9.** A multa deverá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias da notificação.

**8.10.** A aplicação das sanções observará processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, especialmente nos casos de impedimento de licitar e declaração de inidoneidade, considerando-se as seguintes especificidades:

**a.** As notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail cadastrados na proposta e no SICAF;

**b.** Os e-mails cadastrados serão considerados de uso contínuo da empresa, não sendo admitida alegação de desconhecimento;

**c.** O processo administrativo poderá ser conduzido por qualquer agente da Unidade Contratante ou por comissão designada.

**8.10.1.** As notificações formais enviadas pela Unidade Contratante deverão ser respondidas pela Contratada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento eletrônico ou físico da comunicação. Nos casos de processo administrativo, aplicam-se os prazos legais específicos.

**8.11.** Na dosimetria das sanções serão considerados:

- a.** A natureza e gravidade da infração;
- b.** As circunstâncias do caso concreto;
- c.** Agravantes ou atenuantes;
- d.** Os danos causados à Administração;
- e.** A existência e efetividade de programas de integridade adotados pela empresa;
- f.** O histórico de sanções aplicadas e registradas no SICAF.

**8.12.** Infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 ou outras legislações que também configurem atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apuradas conjuntamente, seguindo os procedimentos legais respectivos.

**8.13.** Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica da Contratada em caso de abuso do direito para encobrir atos ilícitos, estendendo-se as sanções a seus administradores e sócios, assegurando contraditório e ampla defesa.

**8.14.** A Unidade Contratante deverá informar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis após aplicação da sanção, os dados para registro nos cadastros de empresas inidôneas e suspensas, conforme legislação vigente.

**8.15.** Sanções de impedimento de licitar e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, conforme art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

**8.16.** Débitos decorrentes de multas e indenizações poderão ser compensados com créditos da Contratada junto à Unidade Contratante, conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 26/2022.

**8.17.** O impedimento para licitar e a declaração de inidoneidade poderão ser aplicados quando erros graves no dimensionamento da proposta resultarem em inexecução total ou parcial do contrato, causando prejuízos relevantes à Administração, por se tratar de falhas previsíveis, incluindo:

- a.** Problemas logísticos;
- b.** Falhas no planejamento operacional;
- c.** Equívocos na composição dos preços ofertados;
- d.** Desconhecimento ou interpretação inadequada das cláusulas editalícias.

**8.18.** Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução deste contrato, fica eleito o foro da Comarca de Lages/SC.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Modalidade e Critério de Julgamento**

**9.1.** A seleção do fornecedor será realizada mediante procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços, adotando-se como critério de julgamento o menor preço por grupo, em estrita observância às exigências previstas no edital e em seus anexos, especialmente quanto às especificações técnicas do objeto.

**9.35.** O não atendimento a qualquer das exigências descritas implicará inabilitação da licitante, sendo vedada a sua participação no certame, em consonância com a legislação vigente.

### **Regime de Execução**

**9.3.** O contrato será executado sob o regime de empreitada por preço unitário, adequado à natureza contínua e variável do objeto, permitindo medição e pagamento proporcionais aos serviços executados.

**9.4.** O critério de aceitabilidade dos preços será o valor unitário de cada item, limitado aos preços máximos constantes das tabelas do item 1.1 deste Termo de Referência.

**9.5.** Alterações no regime poderão ser pactuadas entre as partes, conforme art. 124, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, desde que justificadas e observando o interesse público.

### **Modo de disputa**

**9.6.** O modo de disputa adotado será híbrido (fase aberta e fase fechada), conforme art. 24 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022:

**a.** Fase aberta: lances públicos e sucessivos;

**b.** Fase fechada: envio de proposta sigilosa pelos licitantes melhor classificados na fase aberta.

### **Elaboração e Aceitação da Proposta**

**9.7.** Na elaboração da proposta, o licitante deverá:

**a.** Respeitar os limites máximos dos preços unitários;

**b.** Incluir todos os custos e encargos aplicáveis (tributos, encargos trabalhistas, transporte, segurança, licenças e demais despesas legais);

**c.** Calcular corretamente o custo total para a quantidade estimada pela Unidade Contratante;

**d.** Garantir compatibilidade técnica, operacional e legal para execução completa do objeto, apresentando documentação comprobatória quando solicitado;

**e.** Assegurar veracidade das informações e viabilidade da proposta;

**f.** Observar prazos, qualidade e requisitos técnicos estabelecidos no edital.

**9.8.** A proposta da licitante vencedora será aceita somente se atender integralmente às exigências do edital e deste Termo de Referência, demonstrando consistência, compatibilidade técnica, quantitativos, prazos, condições de fornecimento e preços compatíveis com o mercado.

**9.9.** A Unidade Contratante poderá solicitar esclarecimentos ou ajustes formais, sem alteração substancial da proposta, dentro do prazo definido.

**9.10.** A aceitação formal ocorrerá mediante adjudicação pelo Pregoeiro e homologação Ordenador de Despesas do 1º B Fv.

## Habilitação Jurídica e Fiscal

**9.14.** A habilitação observará a apresentação de documentos atualizados, acompanhados de eventuais alterações consolidadas, conforme o tipo jurídico da licitante, devendo incluir, obrigatoriamente:

- a.** Inscrição no CNPJ ou CPF, inscrição estadual/municipal quando exigível;
- b.** Certidões negativas ou positivas com efeito de negativa perante Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- c.** Certidões negativas de débitos junto ao INSS, Receita Federal e FGTS;
- d.** Certidão negativa perante a Justiça do Trabalho;
- e.** Documentos societários conforme tipo jurídico da licitante (MEI, SLU, EIRELI, sociedade simples, filial, cooperativa, consórcio), incluindo alterações consolidadas;
- f.** Declarações complementares, incluindo cumprimento da proibição de trabalho irregular a menores;
- g.** Regularidade cadastral no SICAF.

## Qualificação econômico-financeira

**9.19.** As licitantes deverão comprovar sua habilitação econômico-financeira, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a.** Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, emitida pelo distribuidor judicial da sede da empresa ou da filial responsável pela execução do contrato, emitida no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes da data de entrega da proposta;
- b.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, elaborados em conformidade com a legislação vigente e assinados por profissional habilitado, acompanhados das respectivas notas explicativas;
- c.** Comprovação de índices econômico-financeiros mínimos, incluindo Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG), calculados a partir das demonstrações contábeis, observando parâmetros mínimos definidos no edital;
- d.** Demonstração de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, quando justificado em razão da relevância e risco do objeto contratado, conforme especificado no edital.

**9.20.** Os índices Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG) serão calculados conforme as fórmulas apresentadas a seguir, devendo todos apresentar resultado superior a 1,00:

- a.** Liquidez Corrente (LC):

$$LC = \frac{Ativ. Circ.}{Pas. Circ.}$$

- b.** Liquidez Geral (LG):

$$LG = \frac{Ativ. Circ. + Real. LP}{Pas. Circ. + Pas. N/Circ.}$$

- c.** Solvência Geral (SG):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Pas. Circ.} + \text{Pas. N/Circ.}}$$

Onde:

- Ativo Circulante (Ativ. Circ.): recursos disponíveis e realizáveis no curto prazo;
- Realizável a Longo Prazo (Real. LP): créditos e direitos realizáveis após o exercício corrente;
- Passivo Circulante (Pas. Circ.): obrigações exigíveis no curto prazo;
- Passivo Não Circulante (Pas. N/Circ.): obrigações exigíveis após o exercício corrente;
- Ativo Total: soma dos ativos de curto e longo prazo.

**9.21.** Caso algum índice econômico-financeiro (LC, LG ou SG) da licitante seja inferior ou igual a 1,00, será exigido patrimônio líquido mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do valor homologado da contratação, considerando exclusivamente os itens a serem executados pela empresa vencedora.

**9.22.** O não atendimento a qualquer das exigências estabelecidas neste item implicará a inabilitação da licitante, nos termos da legislação vigente, sem prejuízo das demais sanções previstas no edital.

### Qualificação técnica

**9.23.** O licitante ou seu responsável técnico deverá apresentar declaração formal atestando pleno conhecimento das condições, peculiaridades e exigências da contratação, incluindo aspectos técnicos, operacionais, legais, ambientais e de segurança do trabalho aplicáveis, sob pena de responsabilização em caso de descumprimento.

**9.24.** O licitante deverá comprovar aptidão para a execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional similar ao objeto, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, compatíveis com a atividade econômica e o objeto desta contratação.

**a.** Serão aceitos atestados emitidos em nome da matriz ou da filial, bem como o somatório de atestados no caso de consórcio, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021;

**b.** Serão admitidos atestados emitidos por entidades estrangeiras, desde que acompanhados de tradução juramentada e não haja comprovação de inidoneidade;

**c.** Não serão considerados atestados cuja natureza seja materialmente incompatível com os serviços contratados, como aqueles restritos a atividades meramente administrativas ou de apoio.

**9.25.** O licitante deverá comprovar a posse de registros, autorizações e licenças junto aos órgãos de controle sanitário, ambiental e profissional, conforme aplicável (ex.: Vigilância Sanitária local, IBAMA, CREA, CRQ, CRMV), devendo tais documentos estar válidos e vigentes durante toda a execução contratual.

### Disposições gerais

**9.29.** Empresas estrangeiras não estabelecidas no País poderão apresentar documentos equivalentes, traduzidos, apostilados ou consularizados conforme legislação vigente.

**9.30.** Documentos com indicação de CNPJ/CPF divergentes não serão aceitos, salvo exceções legais.

**9.31.** Documentos em nome da matriz ou filial deverão respeitar a natureza dos documentos e comprovantes.

**9.32.** Será admitida centralização comprovada de recolhimento de contribuições para diferenças de documentos entre matriz e filial.

**4.26.** Caso o licitante seja vencedor em mais de um grupo ou item, deverá comprovar cumulativamente os requisitos de habilitação técnica e a capacidade operacional para cada um, incluindo atestados, equipe técnica dimensionada e documentação complementar correspondente

**Documentação complementar para cooperativas**

**9.33.** Além das demais documentação comum, cooperativas deverão apresentar:

- a. Registro formal da cooperativa;
- b. Ata de fundação, estatuto social e regimento;
- c. Registro de presença em assembleias;
- d. Ata autorizativa para participação no certame;
- e. Relação de cooperados e documentação comprobatória;
- f. Demonstração do capital social proporcional;
- g. Auditoria contábil ou declaração de sua não exigência.

**10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** O valor estimado preliminar da contratação foi definido em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES nº 65/2021, considerando pesquisa de mercado, análise de contratos anteriores e preços atualmente praticados no segmento. O valor total estimado da contratação é de R\$ 752.430,00 (setecentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta reais).

**10.2.** A estimativa considerou os preços medianos levantados, as especificidades técnicas dos serviços, sua periodicidade e a matriz de riscos inerente à contratação, assegurando aderência às necessidades da 2ª Companhia de Engenharia de Construção, em Bagé-RS, bem como observância aos princípios da eficiência e economicidade.

**10.3.** A tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência apresenta os preços estimados detalhados por item que compõe o objeto da licitação. O resumo consolidado é apresentado a seguir:

Grupo	Especificação	Valor Estimado
1	Recolhimento de óleo lubrificante usado	R\$ 72.257,50
2	Limpeza de caixas separadoras água/óleo	R\$ 97.509,00
3	Limpeza de fossa séptica e caixa de gordura	R\$ 142.663,50
4	Recolhimento de resíduos de construção	R\$ 119.000,00

5	Recolhimento de resíduos industriais Classe I	R\$ 321.000,00
Valor total estimado		R\$ 752.430,00

**10.4.** As estimativas de custo observam os princípios da eficiência, economicidade e alocação equilibrada de riscos entre a Unidade Contratante e a Contratada, assegurando o melhor custo-benefício para a Administração.

**11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação serão custeadas com recursos específicos do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), transferidos à Prefeitura de Bagé e repassados ao Exército Brasileiro para a execução da obra remanescente da Barragem de Arvorezinha, em Bagé/RS.

**11.2.** A indicação detalhada da dotação orçamentária específica no âmbito do Exército será definida e informada no momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, considerando a transferência de recursos proveniente do MIDR.

**11.3.** Por se tratar de contratação descentralizada, realizada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), com o objetivo de atender às necessidades de diferentes órgãos que registraram ou vierem a registrar demanda pelo serviço objeto deste Termo de Referência, não é necessária a indicação da dotação orçamentária neste documento, sendo suficiente observar que os recursos destinados à execução estão previstos e formalmente transferidos para o órgão executor.

**11.4.** A comprovação da disponibilidade de créditos orçamentários será exigida apenas na formalização do contrato pela Unidade Contratante, em conformidade com o art. 17 do Decreto nº 11.462/2023, que estabelece que “a indicação de disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização de contrato ou de outro instrumento hábil”.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1.** As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

**13. ANEXO I**

**DECLARAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL FORMAL**

A formalização da contratação, após a conclusão do procedimento licitatório, dar-se-á por meio de termo de contrato, como regra geral.

Excepcionalmente, quando o valor da contratação se enquadrar nos limites previstos nos incisos I ou II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, independentemente do procedimento adotado, o termo de contrato poderá ser substituído por instrumento hábil mais simples, nos termos do art. 95, inciso I, da mesma Lei, tais como nota de empenho, carta-contrato, autorização de fornecimento ou ordem de execução de serviço.



O Termo de Referência integra a contratação e contém as cláusulas essenciais à execução do objeto, aplicando-se lhe, no que couber, o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021, não se caracterizando, isoladamente, como instrumento de formalização da relação contratual.

Na hipótese de substituição do termo de contrato, a ciência e a concordância do contratado quanto às obrigações assumidas serão formalizadas por meio do Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_, na qualidade de \_\_\_\_\_, doravante denominado Contratado, declara, para os devidos fins, que está plenamente ciente e de acordo com todas as condições, regras, exigências e obrigações estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos que integram o Pregão nº \_\_\_\_/2025, comprometendo-se a cumpri-las integralmente.

Declara, ainda, que tem pleno conhecimento de que o Termo de Referência constitui documento integrante e vinculante da contratação, contendo as cláusulas essenciais à execução do objeto, bem como que a formalização da contratação poderá ocorrer por termo de contrato ou, quando cabível, por instrumento hábil substitutivo, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

O Contratado declara, sob as penas da lei, a veracidade, autenticidade e legitimidade de todas as informações e documentos apresentados no âmbito do procedimento de contratação, assumindo integral responsabilidade por seu conteúdo.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FREDERICO LUCAS CASARIN

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 09/01/2026 às 08:18:30.

**LEONARDO ROSA DA SILVA**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 09/01/2026 às 10:04:19.*

## 1º BATALHÃO FERROVIÁRIO

## Contrato 1/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	160447-1º BATALHÃO FERROVIÁRIO	MURILO PEREIRA DE SOUZA	05/02/2026 11:15 (v 0.2)
Status			
RASCUNHO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		65307014083202581

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

TERMO DE CONTRATO  
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021  
SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO  
MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
1º BATALHÃO FERROVIÁRIO  
(Batalhão de Engenheiros/1885 – 1º Batalhão Ferroviário/1920)  
BATALHÃO BENJAMIN CONSTANT

## ANEXO II

TERMO DE CONTRATO  
(Processo Administrativo nº 65307.014083/2025-81)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) .....  
E .....

A União, por intermédio do(a) 1º Batalhão Ferroviário, com sede no(a) Rua Marechal Rondon, 200, Bairro Conta Dinheiro, na cidade de Lages/SC, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.517.504/0001-22, neste ato representado(a) pelo(a)\_\_\_\_\_ nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa], tendo em vista o que consta no Processo nº 65307.014083 /2025-81 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90021/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de gestão de resíduos sólidos, semissólidos e líquidos para a 2º Cia Eng Cnst (Bagé/RS), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. Por tratar-se de serviços continuados , o prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses , contados do (a) assinatura do contrato , prorrogável por até 10 anos , na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.3.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.3.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

**2.3.3.** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

**2.3.4.** Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

**2.3.5.** Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

**2.3.6.** Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A2] ).

**2.4.** O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.5.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**2.6.** Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**2.7.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**3.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, e no modelo da ata de registro de preços, anexo ao edital da licitação.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

**5.1.** O valor total da contratação é de R\$ **752.430,00 (setecentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta reais)**

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

**6.1** O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

**7.1.** As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao edital da licitação.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** São obrigações do CONTRATANTE:

**8.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

**8.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.1.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

**8.1.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.1.6.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**8.1.7.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**8.1.8.** Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

**8.1.8.1.** indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

**8.1.8.2.** Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

**8.1.8.3.** estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

**8.1.8.4.** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

**8.1.8.5.** demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

**8.1.8.6.** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

**8.1.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

**8.1.10.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**8.1.10.1.** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**8.1.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

**8.1.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

**8.1.13.** Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**9.1.** O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.5.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

**9.5.1.** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

**9.5.2.** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

**9.5.3.** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

**9.5.4.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

**9.5.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**9.6.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

**9.7.** Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

**9.8.** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

- 9.9.** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17.** Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20.** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21.** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23.** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25.** Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.



- 9.26.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30.** Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31.** Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6.** É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A2]

**10.7.** O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**10.8.** O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A3]

**10.9.** O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**10.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**10.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**10.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**10.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A4]

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**11.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1.** As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**13.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**13.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

**13.3.1.** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

**13.3.2.** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

**13.4.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

**14.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**14.5.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

**15.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

**16.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

**17.1.** Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO**

**18.1.** Fica eleito o Foro da Justiça Federal em XXXXX, Seção Judiciária de XXXXX para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

## 19. Responsáveis

Nenhum responsável informado.

1º BATALHÃO FERROVIÁRIO

Ata de Registro de Preços 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	160447-1º BATALHÃO FERROVIÁRIO	MURILO PEREIRA DE SOUZA	05/02/2026 10:39 (v 0.2)
Status			
RASCUNHO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		65307014083202581

1. DO OBJETO

Ata de Registro de Preços nº 02/2026

O(A) União, com sede no(a) Rua Marechal Rondon, 200, bairro Conta Dinheiro, na cidade de Lages/SC, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.517.504/0001-22, neste ato representado(a) pelo(a) Tenente Coronel VICENTE DA SILVA COSTA, nomeado(a) pela Portaria nº 618, de 22 de maio de 2025, publicada no DOU nº 96 de 23 de maio de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 013.091.484-9, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo n.º 65307.014083/2025-81, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na gestão de resíduos sólidos, semissólidos e líquidos para a 2º Cia Eng Cnst (Bagé/RS), especificado(s) no(s) item(ns) 01 ao 10 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º 148/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]
do	
TR	

X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

**2.2.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

**3.1.** O órgão gerenciador será o(a) 1º Batalhão Ferroviário.

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

**4.1.1.** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

**4.1.2.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

**4.1.3.** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**4.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**4.2.1.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**4.3.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**4.4.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**4.5.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

**4.6.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

**4.7.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**4.8.** Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

**4.9.** A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

**4.10.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**5.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**5.1.1.** Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

**5.1.2.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**5.1.3.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**5.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**5.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.4.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

**5.4.1.** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

**5.4.2.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

**5.4.2.1.** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

**5.4.2.2.** Mantiverem sua proposta original.

**5.4.3.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



**5.5.** O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**5.6.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**5.7.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**5.7.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

**5.7.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

**5.8.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**5.9.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**5.9.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**5.10.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

**5.11.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**5.12.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**5.12.1.** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**5.12.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**5.13.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**6.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**6.1.3.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.1.3.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**6.1.3.2.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**7.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**7.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

**7.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**7.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**7.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**7.2.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**7.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

**7.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**7.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**7.2.6.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**8.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:

**8.2.1.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

**8.2.2.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**8.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

**8.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

**8.5.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**8.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**8.7.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**9.1.** registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

**9.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**9.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**9.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

**9.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.1.4.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**9.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**9.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**9.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**9.4.1.** Por razão de interesse público;

**9.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**9.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

**10.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

**10.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

**10.2.** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

**10.3.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

**11.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Lages, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

**12. ANEXO - CADASTRO RESERVA**

**13. Responsáveis**

Nenhum responsável informado.

RASCUNHO

	 <p><b>MINISTÉRIO DA DEFESA</b> <b>EXÉRCITO BRASILEIRO</b> <b>1º BATALHÃO FERROVIÁRIO</b> (Batalhão de Engenheiros/1885 - 1º Batalhão Ferroviário/1920) <b>BATALHÃO BENJAMIN CONSTANT</b></p>	
---	--	---

*Logomarca da empresa*

#### **ANEXO IV**

#### **MODELO PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

PREGÃO ELETRÔNICO 90021/2025  
UASG 160447 - 1º BATALHÃO FERROVIÁRIO

**Objeto: Eventual contratação de empresa especializada na gestão de resíduos sólidos, semissólidos e líquidos para a 2ª Cia Eng Cnst (1º Batalhão Ferroviário)**

Ao Sr Pregoeiro.

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_ sediada (endereço completo) \_\_\_\_\_, tem os seguintes custos para formação do preço do material abaixo discriminado, de forma a reiterar a exequibilidade da proposta de preços:

	<div style="text-align: center;">   <b>MINISTÉRIO DA DEFESA</b>  <b>EXÉRCITO BRASILEIRO</b>  <b>1º BATALHÃO FERROVIÁRIO</b>  <b>(Batalhão de Engenheiros/1885 - 1º Batalhão Ferroviário/1920)</b>  <b>BATALHÃO BENJAMIN CONSTANT</b> </div>	
---	--	---

Item	Descrição	Custo Insumos	Transporte do Material	Despesas operacionais e administrativas	Impostos	Lucro	Preço de Venda

- Declaro, sob as penas da lei, que a (citar o nome da empresa licitante) que os preços cotados não são inexequíveis e que serão cumpridos conforme prever o Edital e seus anexos.
- Declaro ainda que nos preços cotados estão incluídos todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.

Local-UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante legal da empresa  
Identidade / CPF

## **ANEXO V**

### **MODELO DE TERMO DE VISTORIA**

Na forma do edital em referência, combinado com o art. 63, §2º Lei 14.133/2021, declaro que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, através do Sr. \_\_\_\_\_, Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, devidamente identificado, tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto do Pregão nº 90021/2025, através de vistoria no local, mediante inspeção e coleta de informações de todos os dados e elementos que possam vir a influir no valor da proposta a ser oferecida na execução dos trabalhos pertinentes.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(Local e data)

Responsável licitante:

Nome:  
Idt:  
Função:

Responsável 1º BFv:

Nome:  
Idt:  
Função: